

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/04/2014 a 30/04/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## **Índice**

<b>Monsanto lucra US\$ 1,67 bi no 2º trimestre fiscal – O Estado de São Paulo, Economia.</b> 02/04/2014.....	3
<b>Para crescer em grãos, Bayer vai às compras. Mônica Scaramuzzo – O Estado de São Paulo, Economia.</b> 03/04/2014.....	3
<b>Seguro rural incentiva agricultura nos EUA. S.I e T.K – O Estado de São Paulo, Economia.</b> 12/04/2014.....	5
<b>Países definem financiamento de projetos de proteção ambiental. Luciene de Assis-Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA).</b> 14/04/2014 .....	7
<b>CNA participa de debate sobre a importância das negociações multilaterais de comércio para a inserção internacional da agricultura brasileira – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).</b> 15/04/2014 .....	8
<b>Arrozeiros podem perder subsídios. Denise Chrispim Marin – O Estado de São Paulo, Economia.</b> 19/04/2014.....	10
<b>Entre Japão e Estados Unidos, o arroz da discórdia. Cláudia Sarmiento – O Globo, Economia.</b> 26/04/2014.....	11
<b>Programa Mais Alimentos firma primeiro contrato internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).</b> 28/04/2014.....	12

## **Monsanto lucra US\$ 1,67 bi no 2º trimestre fiscal – O Estado de São Paulo, Economia. 02/04/2014**

A companhia de agronegócio norte-americana Monsanto registrou lucro líquido de US\$ 1,67 bilhão (US\$ 3,15 por ação) no segundo trimestre fiscal, encerrado em 28 de fevereiro. O montante é 13% superior ao US\$ 1,48 bilhão (US\$ 2,74 por ação) obtido em igual intervalo do ano passado. De acordo com a empresa, margens melhores e vendas em bom volume de sementes de soja contribuíram para o resultado.

A receita cresceu 6,6% no segundo trimestre fiscal, para US\$ 5,83 bilhões. Analistas ouvidos pela Thomson Reuters esperavam lucro líquido de US\$ 3,07 por ação e receita de US\$ 5,8 bilhões. A margem bruta variou de 56,1% para 59,1%, com o custo dos produtos diminuindo 0,7% no período.

Conforme o balanço da companhia, as vendas de sementes tiveram incremento de 6,9%, para US\$ 4,65 bilhões. As sementes de milho, que respondem pela maior parte da receita do segmento, registraram vendas 4,1% maiores, enquanto que as de soja saltaram 21%. As vendas do setor de produtividade agrícola, que compreende produtos de proteção a lavouras e herbicidas, aumentaram 5,2%, para US\$ 1,18 bilhão.

Com relação à meta para o restante do ano, a Monsanto avalia que as vendas continuarão firmes, devendo enfraquecer apenas no quarto trimestre fiscal em relação aos de outros anos.

A Monsanto anunciou também que concluiu a aquisição da empresa ClimateCorp. por US\$ 930 milhões. Com a compra, anunciada inicialmente em novembro, a Monsanto passará a oferecer serviços de agricultura de precisão a seus clientes, diversificando, com isso, sua área de atuação. Esse tipo de serviço está com a demanda aquecida nos Estados Unidos, principalmente com a queda das cotações de commodities agrícolas após a seca de 2012. A tecnologia também já atraiu o interesse de concorrentes, como DuPont e Dow Chemical. Fonte: Dow Jones Newswires.

---

## **Para crescer em grãos, Bayer vai às compras. Mônica Scaramuzzo – O Estado de São Paulo, Economia. 03/04/2014**

*Multinacional está à procura de ativos no mercado brasileiro; em 2013, a companhia adquiriu duas empresas no Brasil e uma na Argentina*

Impulsionada pela expansão do agronegócio, sobretudo grãos, e pela maior demanda por medicamentos no Brasil, a multinacional Bayer deverá investir neste ano R\$ 200 milhões para continuar crescendo nesses dois segmentos. A companhia alemã está avaliando ativos para ampliar sua atuação em sementes de soja, disse Theo Van der Loo, presidente do grupo no Brasil. A ideia é concorrer de igual para igual com gigantes, como Monsanto e Pioneer (DuPont) no mercado brasileiro.

Nos últimos quatro anos, a Bayer tem feito aquisições no Brasil e na Argentina para avançar em sementes. Em 2010, comprou a empresa CVR, de Rio Verde (GO), e no ano seguinte a Soytech, também de Goiás, ambas com amplo banco de dados na área de sementes de soja. Em março do ano passado, adquiriu o banco de germoplasma da Agropastoril Melhoramento, de Cascavel (PR), e a empresa de soja e melhoramento genético Wehrtec, de Goiás. Em dezembro, a múlti anunciou a compra da FN Semillas, da Argentina, empresa especializada no desenvolvimento e produção de sementes melhoradas de soja.

Segundo Van der Loo, a empresa está olhando ativos no Brasil para avançar neste segmento, uma vez que o País é um dos maiores produtores e exportadores de grão. "Estamos apreensivos com a seca deste ano no Brasil, que não está ajudando muito a agricultura, mas não achamos que o setor será fortemente afetado", disse o executivo. A companhia, que já estava entre as cinco maiores no País em defensivos agrícolas, também quer disputar com mais agressividade o mercado de sementes no Brasil.

Em agroquímicos, o mercado brasileiro é dominado pelas multinacionais, afirmou André Pessôa, presidente da Agroconsult, uma das maiores consultorias em agronegócios do País. "Syngenta, Bayer, Basf, FMC e DuPont são as maiores desse mercado. Em sementes, a Monsanto é uma companhia muito forte, assim como DuPont, Syngenta, Dow e Bayer", disse.

Segundo Pessôa, ainda há empresas nacionais multiplicadoras de sementes, com forte atuação regional, que podem ser adquiridas por multinacionais.

Resultado. No ano passado, a Bayer Brasil registrou faturamento de R\$ 7,04 bilhões. A divisão Cropscience (de ciências agrícolas) abocanha a maior parte da receita do grupo: 62,5% do total. No ano passado, essa divisão alcançou R\$ 4,4 bilhões, um aumento de 41% sobre 2012. O Brasil é o segundo maior mercado para a Bayer na divisão Cropscience, atrás dos Estados Unidos. Os dois países têm forte vocação agrícola e são os maiores produtores globais de soja.

Medicamentos. A maior demanda por medicamentos também tem ajudado as vendas da companhia no Brasil. Líder no País em contraceptivos (anticoncepcionais), a companhia, dona da Aspirina, produziu no ano passado cerca de dois bilhões de pílulas, o equivalente a 86 milhões de cartelas do medicamento.

Além de abastecer o mercado brasileiro, a Bayer exportou seus produtos para 42 países da América Latina e Ásia. A fábrica da Bayer do País foi responsável por cerca de 10% das exportações de toda a indústria farmacêutica instalada no território brasileiro. A receita da Bayer nesse segmento atingiu R\$ 1,65 bilhão em 2013.

Segundo Van der Loo, a Bayer é líder no segmento de saúde feminina e sua fábrica, localizada em São Paulo, é a segunda maior unidade produtiva de hormônios sólidos (pílulas e comprimidos) do grupo no mundo.

"As mulheres brasileiras não gostam de tomar anticoncepcionais genéricos", afirmou o executivo. Segundo ele, a companhia não tem intenção de produzir genéricos, mas não descarta produzir algum medicamento similar. "Nossas apostas são em produtos de inovação, que fazem parte do DNA do grupo."

Para este ano, a Bayer espera a aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para lançar os medicamentos Xofigo (para câncer de próstata com metástase óssea) e Adempas (para tratamento de hipertensão pulmonar), além de Jaydess, um contraceptivo de longo prazo.

No segmento de medicamentos isentos de prescrição, a companhia mantém as apostas em produtos carros-chefes, como Bepantol, Redoxon e Flanax. O lançamento do Redoxitos, vitamina C em forma de goma, foi bem recebido pelo mercado.

A divisão química do grupo, Material Science, representa o maior desafio da companhia no País. Como o setor químico está pouco competitivo, Van der Loo afirma que a empresa tem trabalhado para otimizar seus custos na fábrica de Belford Roxo (RJ).

---

## **Seguro rural incentiva agricultura nos EUA. S.I e T.K – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014**

*No Brasil, estímulo governamental vem principalmente de crédito subsidiado*

Demanda antiga dos agricultores brasileiros, o seguro agrícola é uma realidade nos Estados Unidos e a partir deste ano será ainda mais robusto, graças à nova política para o setor, aprovada no começo do ano. A nova Farm Bill assegurará ao setor produtivo do país capacidade de investimento nas lavouras e ampliação da produção. No Brasil, a área cultivada também cresce, mas na maioria dos casos os produtores precisam lidar com o risco climático sem nenhuma garantia. Ainda que especialistas defendam a importância da estabilidade de renda no campo para dar suporte à alimentação da população mundial, há aqueles que avaliam que a segurança alimentar depende hoje muito mais de preços acessíveis ao consumidor do que de ampliação da produção.

Em sua apresentação no painel Política Agrícola e Segurança Alimentar, durante o Fórum Estadão - Brasil Competitivo: "A Sustentabilidade do Campo II", o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Walter Belik afirmou que a produção atual de alimentos é suficiente para atender à população mundial, apesar dos 842 milhões de subnutridos no mundo, conforme número da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). "É um tema mais amplo do que disponibilidade de produção. Estamos falando também de consumo", ressaltou.

Subnutrição. No Brasil, quarto maior produtor mundial de alimentos, 7% da população mundial é considerada subnutrida, reforça o professor, ainda com base nos números da FAO. "Não tem a ver com oferta, mas com preço. As pessoas são pobres, e o preço dos alimentos subiu em todo o mundo", afirmou Belik. De acordo com dados da FAO

divulgados pelo Broadcast na quinta-feira, a inflação de alimentos no Brasil cresceu à taxa média de 8% ao ano entre os anos 2000 e 2012, o quarto maior índice do G-20. O acumulado do período aponta para inflação de 149,2% no período, acima da média mundial, de 120%.

De outro lado, ainda para o professor da Unicamp, os produtores brasileiros estão entre os maiores beneficiados pela alta nos preços dos alimentos após a crise de 2008, quando as commodities atingiram cotações recordes. "Está certo que os custos também aumentaram, mas de forma geral o Brasil se deu bem. Se a gente observar, a pobreza no campo diminuiu", ressaltou. Grandes produtores agrícolas têm ampliado a produção de grãos nas novas áreas de fronteira, impulsionados pelos preços internacionais remuneradores. Seguem demandando, no entanto, maior apoio do governo para políticas agrícolas. No Brasil, o crédito rural para custeio de safra a taxas subsidiadas norteia a política de governo para incentivo à produção, o que é considerado insuficiente.

É notória a diferença entre a segurança de renda entre produtores brasileiros e norte-americanos. Com a aprovação da nova Farm Bill nos Estados Unidos, produtores recebem subsídio para contratar seguro agrícola para até 95% da renda prevista para a safra, em caso de perdas por preços ou por adversidades climáticas, ressaltou, no mesmo painel, o professor Robert Thompson, da Johns Hopkins University of Advanced International Studies. Mesmo em 2012, quando o teto fixado para o seguro era de 85% de projeção dos ganhos, a receita agrícola do país bateu recorde, conforme o pesquisador. "Nos Estados Unidos, 75% das apólices são por seguro de receita, não de produção", afirmou.

Embrapa. Para Thompson, o seguro da agricultura "é cada vez mais importante e deve ser incorporado à política pública" também no Brasil. Ele lembrou que o Brasil tem como exemplo de política acertada na agricultura a criação da Embrapa. "A pesquisa no Brasil está em um estágio muito bom."

Para o coordenador de Projetos do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Mauro Resende Lopes, há uma dificuldade de adotar políticas agrícolas no País, porque o setor produtivo tem dificuldade de fixar um conteúdo mínimo de necessidades. "Temos limitação de capital político", afirmou. Para o especialista, a política agrícola nacional sofre de falta de governança institucional. "Resolver essa governança não é muito fácil, mas ficar sem ela é muito ruim", declarou. Ele ressaltou as várias mudanças de pessoas em cargos, muitos deles, técnicos, como a saída de Ênio Marques e Célio Porto, do Ministério da Agricultura. "Os quadros técnicos do Ministério foram 'lipoaspirados', desidratados. A Pasta perdeu a musculatura do conhecimento, a capacidade técnica, o grupo de pensadores, que é a raiz de todos os problemas do Ministério", disse, completando que é impossível ter improvisação na discussão de uma política agrícola.

Preços e políticas públicas. Walter Belik, da Unicamp, lembrou que os governos têm reduzido a atuação na formação de estoques públicos, que garantem estabilidade de preços e acesso a alimentos em períodos de incertezas climáticas ou de choque nos

preços internacionais. "O Brasil tinha seis dias de estoque de feijão na Conab na crise de 2008", afirmou. Um choque de preços mais recente foi em 2012, o ano da seca norte-americana. Com a perda de mais de 100 milhões de toneladas de milho nos Estados Unidos naquela temporada, a demanda pelo cereal brasileiro para exportação aumentou e os preços domésticos do cereal dispararam. O governo, que tinha pouco produto em estoque, teve dificuldade de auxiliar no abastecimento de agroindústrias de regiões consumidoras do cereal no Sul e no Nordeste.

Estoques. Belik reforça que a alta nos preços dos alimentos também é explicada por aumento da demanda e pela redução dos estoques mundiais. "Normalmente os estoques de grãos são suficientes para um mês e meio de consumo o que, segundo a FAO, é muito baixo."

A perda de alimentos na cadeia produtiva, que chega a ser estimada em um terço de tudo o que se produz mundialmente, também afeta a oferta para a população. Para Robert Thompson, o índice é considerado "escandaloso". Mais do que isso, o professor norte-americano ressalta que, apesar de o mundo estar concentrado no crescimento de demanda da China, a Índia e a África subsaariana devem elevar a demanda por alimentos nos próximos anos. A estimativa da FAO é a de que a população mundial deverá alcançar 9 bilhões de pessoas em 2050, e que a produção de alimentos deveria crescer em até 70% para alimentar essa população.

---

#### **Países definem financiamento de projetos de proteção ambiental. Luciene de Assis-Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/04/2014**

*Recursos apoiarão iniciativas brasileiras de desenvolvimento sustentável e relacionadas a questões ambientais globais*

A cidade de Genebra, na Suíça, sediará os debates da quarta rodada para a Sexta Reposição de Recursos do Fundo Fiduciário do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF-6) que financiará as atividades por um período de quatro anos, a partir de julho deste ano a 30 de junho de 2018. Nos dias 16 e 17 deste mês participam da reunião representantes de 183 países, doadores e beneficiários, além de instituições internacionais, organizações da sociedade civil e do setor privado. Os recursos destinam-se a apoiar iniciativas brasileiras de desenvolvimento sustentável e as relacionadas a questões ambientais globais.

Nos encontros anteriores, os participantes concordaram que as discussões sobre reposição de recursos para o GEF-6 devem incluir o Quinto Estudo de Desempenho Geral do GEF, posicionamento estratégico para o fundo, programação de recursos, recomendações de políticas e disponibilidades financeiras. Eles acreditam que o modelo de negócio estabelecido pelo GEF continua pertinente e encorajou esforços contínuos no sentido de melhorar a eficiência e o custo-efetividade do ciclo do projeto.

Esta será a quarta reunião destinada a definir o montante da sexta reposição dos recursos do GEF. Desde 1992, o fundo já investiu cerca de R\$ 26,8 bilhões (US\$ 11,5 bilhões) para subsidiar projetos sobre meio ambiente e clima em países em desenvolvimento e países com economias em transição, financiando mais de 3.215 projetos em mais de 165 países, entre outros investimentos.

## DE OLHO NO FUTURO

O GEF é uma agência internacional e foi criada após a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, para prover verbas e fundos de concessão, visando beneficiar projetos ambientais nas áreas de mudanças climáticas, diversidade biológica, águas internacionais, poluentes orgânicos persistentes e destruição da camada de ozônio. Também apoia os acordos globais destinados a combater a desertificação.

A atual forma de gestão do fundo baseia-se em sistemas de resultados ambientais, de desenvolvimento e de indicadores selecionados. Entre as recomendações políticas incluem-se um pacote de atualizações para a metodologia que visa alocar maior parcela de recursos para os países beneficiários de baixa renda, a elaboração de novos trabalhos sobre questões de gênero e uma participação mais ampla do setor privado, fortalecendo e estimulando também o engajamento da sociedade civil. O secretário de Biodiversidade e Florestas, Roberto Cavalcanti, participará da reunião representando o Ministério do Meio Ambiente.

---

## **CNA participa de debate sobre a importância das negociações multilaterais de comércio para a inserção internacional da agricultura brasileira – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 15/04/2014**

O aumento da demanda mundial por alimentos e o aquecimento das principais economias mundiais representam uma oportunidade para o acesso dos produtos do agronegócio brasileiro a mais mercados. No entanto, as nossas exportações agropecuárias enfrentam fortes entraves, como as barreiras tarifárias, sanitárias e fitossanitárias, além de impactos distorcivos de políticas de subsídios, praticados por parceiros comerciais do Brasil. O país precisa intensificar a negociação de novos acordos não somente no âmbito multilateral, mas também plurilaterais e bilaterais.

Esta foi a avaliação da superintendente de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Tatiana Palermo, na abertura do segundo dia de debates na mesa-redonda “Restaurando a Cooperação Comercial Multilateral: O Futuro da OMC”, em Brasília, que discute os principais desafios para a Organização Mundial de Comércio (OMC) nas negociações multilaterais.

Tatiana explicou que um dos motivos que impedem uma maior inserção internacional do agronegócio brasileiro é o baixo número de acordos de livre comércio dos quais o Brasil faz parte. Hoje, os acordos em vigor estão restritos aos países do Mercosul e a



Israel. Outros dois acordos assinados em 2010, com Egito e Palestina, ainda não entraram em vigor.

O Brasil também ficou fora das principais negociações de acordos comerciais bilaterais nos últimos anos. A partir deste ano, o país perdeu, ainda, a redução de tarifas no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) na exportação para a União Europeia. Este mesmo mecanismo expira em 2015, nas vendas para o Canadá. No caso da Europa, sem o SGP, as tarifas mais altas e a demora em firmar o acordo Mercosul-União Europeia já estão causando prejuízos para segmentos como o das frutas e do couro, segundo alertou a superintendente.

Outro ponto abordado pela representante da CNA foi referente às novas políticas de subsídios dos Estados Unidos e da União Europeia. O estudo “Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro”, encomendado pela CNA à consultoria Agroicone, revelou um forte potencial distorcivo de alguns programas norte-americanos, principalmente daqueles destinados a produtos específicos, como milho, soja, algodão, trigo e arroz. Dependendo do nível de preços internacionais, esses programas poderão subsidiar até 17% da renda dos produtores dos EUA. Embora os montantes de subsídios pagos pela União Europeia sejam mais altos do que nos Estados Unidos, representando, em média, 14% da renda de produtores rurais, os pagamentos não são destinados a produtos específicos e, assim, são menos distorcivos. A CNA lançou um observatório para monitorar a implementação dos programas da União Europeia, principalmente, destinados ao açúcar, lácteos e vinhos, e também, no caso dos Estados Unidos, para os grãos. A CNA também estará atenta aos subsídios às exportações, que são mantidos na nova legislação norte-americana. A União Europeia, por sua vez, não prevê esse tipo de subsídios no seu orçamento. Porém, há dispositivos legais que possibilitam a retomada dessa política desleal de subsídios.

Tatiana criticou a postura protecionista adotada por algumas nações na restrição aos produtos do agronegócio brasileiro. “No comércio internacional de alimentos, alguns países adotam padrões e regras para proteger a saúde e o bem estar de suas populações, que não são baseados em critérios técnico-científicos, tornando-se políticas discriminatórias aos nossos produtos”, relatou. “Os países que participam das negociações de novos mega-acordos, que dividem as Américas do Atlântico e do Pacífico, estão escrevendo novas regras para o comércio internacional. E o Brasil não participa desse processo. O isolamento do país está sendo prejudicial para o agronegócio, que busca ampliar seu acesso a mercados”, apontou ela.

Revisão – Já o ex-embaixador do Brasil na China e consultor da CNA, Clodoaldo Hugueneu, destacou a necessidade de revisão da política comercial brasileira para que o país possa ter maior inserção no mercado mundial. “Hoje, não vemos progresso nas negociações regionais e multilaterais. E o atual padrão de comércio do Brasil exige esta revisão”, afirmou.

A mesa redonda “Restaurando a Cooperação Comercial Multilateral: O Futuro da OMC” está sendo organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, com o apoio da CNA e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

---

### **Arrozeiros podem perder subsídios. Denise Chrispim Marin – O Estado de São Paulo, Economia. 19/04/2014**

TÓQUIO- Ao reformar o sistema de proteção comercial e de subsídios à agricultura, sobretudo à produção de arroz em terrenos de um hectare, o governo de Shinzo Abe dará o sinal efetivo do compromisso do Japão com as negociações da Parceria Transpacífico (TPP, em inglês). O anúncio está programado para setembro, quando será disparada a terceira flecha da Abenomics – o conjunto de reformas estruturais para aumentar a competitividade japonesa. Mexer na tradicional cultura do arroz, porém, exigirá coragem política do governo de Abe.

O Japão aderiu ao TPP em julho de 2013. Esse processo de liberalização e regulação do comércio entre 14 países, liderados pelos Estados Unidos, estava em marcha desde 2011. A adesão tardia é interpretada como um meio de o gabinete de Abe trazer pressões externas sobre setores políticos que resistem às reformas previstas em seu plano.

A reforma agrícola imaginada por Abe prevê o desmonte do sistema de subsídios e de proteção comercial vigente há pelo menos 40 anos para o setor e a permissão para corporações industriais e financeiras entrarem no agronegócio. Trata-se de uma revolução rural, avalia Kazuhito Yamashita, especialista do Canon Institute for Global Studies, de Tóquio.

"Para manter o preço, com produção baixa, o agricultor recebe subsídios, que custam ao governo 250 bilhões de ienes ao ano (US\$ 2,5 bilhões). Os consumidores pagam duplamente: pelo preço mais alto do arroz e, como contribuintes, pela subvenção", afirmou. "A dificuldade de Abe será obter o apoio dos mais influentes grupos políticos do Japão, que hoje respaldam os subsídios. Recentemente, ele mudou a linguagem sobre a questão: em vez de mencionar a eliminação dos subsídios, fala em renovação do programa agrícola", completou Yamashita.

O primeiro-ministro alinhou essa reforma a uma ambiciosa meta de dobrar as exportações japonesas do setor, sobretudo de frutas e legumes de alta qualidade, até 2020. No caso do arroz, propôs o aumento da produção em 4,5 milhões de toneladas ao ano. Atualmente, é de 8 milhões de toneladas. Segundo Yamashita, o sucesso dessa conta depende de investimento de 800 bilhões de ienes (US\$ 8 bilhões).

Envelhecimento. Mais de 90% dessa produção é tocada por aposentados e por agricultores de final de semana ou de meio período. A população agrícola está

envelhecendo ainda mais rapidamente do que a dos centros urbanos. Cerca de 50% dos arroteiros têm mais de 60 anos. Daí a necessidade de investimento de grandes corporações nesse segmento produtivo, na lógica de Abe.

Para Yamashita, a boa notícia para Abe está na dificuldade de as negociações do TPP serem concluídas neste ano. Os EUA enfrentam em novembro a eleição parlamentar da metade do mandato presidencial – uma espécie de referendo do governo de Barack Obama – e ainda não têm mandato do Congresso para finalizar o acordo sem o risco de o documento ser alterado pelo Senado. Isso significa um período adicional para o gabinete japonês reformar o setor agrícola.

A Federação Empresarial do Japão (Keidanren) tem se mostrado favorável à conclusão do TPP. Segundo Kiyooki Fujiwara, diretor de Política Econômica do Keidanren, o acordo exigirá aumento da competitividade e abertura dos setores agrícola, de compras governamentais e de serviços, sobretudo os ligados aos idosos. O ajuste maior será na liberalização comercial com os EUA. O Japão tem acordos de livre comércio com três países do TPP – México, Chile e Peru.

Tóquio também engajou-se em outros processos negociadores não menos ambiciosos, que igualmente servirão para elevar a pressão sobre as reformas domésticas planejadas por Abe. No fim de 2012, antes da posse do primeiro-ministro, o país aderiu à Parceria Econômica Regional Abrangente, processo de liberalização comercial que envolve os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), China, Coreia do Sul, Índia e Nova Zelândia. Ano passado, lançou negociações com a União Europeia, Canadá e Colômbia e ainda a aposta em um acordo trilateral com a China e a Coreia do Sul.

---

### **Entre Japão e Estados Unidos, o arroz da discórdia. Cláudia Sarmiento – O Globo, Economia. 26/04/2014**

*Resistência de parceiros a baixar tarifas impede assinatura de acordo de livre comércio Ásia-Pacífico*

TÓQUIO - O arroz japonês e os carros americanos estão empatando a criação da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), acordo de livre comércio na região da Ásia-Pacífico que criará o maior bloco do planeta, com 12 países (EUA, Japão, Austrália, Peru, Vietnã, Malásia, Nova Zelândia, Chile, Cingapura, Canadá, México e Brunei) e 40% do PIB mundial. Ontem, o presidente Barack Obama deixou o Japão sem avançar nas negociações.

Os EUA relutam em derrubar as tarifas sobre os carros japoneses para evitar novos abalos a montadoras como a General Motors e a Chrysler, resgatadas na gestão Obama. E o Japão não aceita reduzir impostos sobre carne, açúcar, trigo e, principalmente, o arroz, um símbolo da cultura nipônica, cuja produção nacional é fortemente subsidiada, o que mantém os preços altos.

As lavouras de arroz são pequenas, sujeitas a um sistema de cotas, e 90% dos produtores têm outra fonte de renda. O governo protege a produção fixando tarifas de até 800% sobre a mercadoria importada, e por isso no país o preço do arroz chega a ser o dobro da média mundial.

O primeiro-ministro Shinzo Abe promete reformas, mas evita choques com as cooperativas, que compõem a base da sustentação de seu partido. Mas a pressão por uma reestruturação vem ganhando força. Toru Wakui, dono de uma pequena empresa agrícola, acredita que chegou a hora de buscar um modelo que substitua a tradicional lavoura familiar. A idade média dos agricultores é 66 anos, e a maioria não tem sucessores.

— A agricultura não vai entrar em colapso por causa do TPP. Os problemas são internos. Os jovens não têm mais esperanças no setor. Defendo mudanças e a adesão ao acordo comercial — afirma Wakui.

---

### **Programa Mais Alimentos firma primeiro contrato internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2014**

Nesta segunda-feira (28), foi assinado o primeiro contrato comercial do programa Mais Alimentos Internacional com o Zimbábue, durante a abertura da 21ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow 2014), um dos maiores eventos do agronegócio da América Latina, realizado em Ribeirão Preto (SP).

A formalização do contrato entre as empresas brasileiras e o governo do Zimbábue foi da ordem de U\$ 35 milhões (R\$ 72 milhões) e representa o sucesso do programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, em cinco anos, foi responsável por mais de 500 mil contratos realizados e que conta com quase 500 indústrias de máquinas.

“O Brasil se tornou referência em produção de tecnologia para todos os perfis de produção - grande, média e pequena escala”, disse o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, na cerimônia de abertura do evento. Segundo o ministro, o programa Mais Alimentos vem permitindo que a boa tecnologia se estenda para todas as propriedades produtivas do Brasil. “Todos os agricultores brasileiros têm o direito de acessar o que há de melhor e mais moderno do ponto de vista da tecnologia”, destacou Rossetto.

“Todos esses agricultores buscam ampliar sua produtividade e sua capacidade de usar da melhor maneira possível os recursos que dispõem. Melhor produtividade representa melhor renda, melhor qualidade de vida para esses produtores e maior contribuição para o País”, afirmou o ministro.

Rossetto recebeu, em nome de um produtor, a homenagem ao agricultor Fernando Kubota, de Brasília, o primeiro a adquirir um trator pelo programa Mais Alimentos.

“Os pequenos e os médios produtores do País produzem muito e compõem, juntamente com os grandes proprietários, uma força de trabalho extraordinária. O MDA é responsável pelo programa Mais Alimentos, que foi construído para encontrar mecanismos de estímulo à indústria de máquinas e aos agricultores brasileiros. Desse encontro de necessidades e de oportunidades, foi construído o programa”, Rossetto assinalou.

O presidente da Agrishow, Maurílio Biagi Filho, falou sobre a importância do setor do agronegócio para o País, que ele apontou como estratégico para o desenvolvimento econômico e social. Ele salientou a representatividade da agricultura familiar, com seus mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais produtivos e responsável por 74% da mão de obra do campo.

Participaram do encontro: representantes do setor de indústria e equipamentos de todo o país; o secretário nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini; o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller; o ministro do Esporte, Aldo Rebelo; a secretária de Agricultura do estado de São Paulo, Mônica Bergamarschi; além de parlamentares e representantes do governo do estado.

#### Feira

Ribeirão Preto (SP) recebe milhares de produtores rurais de vários lugares do Brasil e do mundo para a 21ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow 2014). Os organizadores da feira esperam receber cerca de 170 mil visitantes até o dia 2 de maio.

Um estande de 2,5 mil m<sup>2</sup> do Programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), reúne instituições bancárias, agência de assistência técnica (Ater) e mais de 50 empresas de máquinas – que levarão cerca de 100 produtos para serem expostos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

#### **Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

#### **Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa